

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS
S.A.

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures da ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.
- CNPJ/MF: 08.873.873/0001-10
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Marcello Guidotti
- Atividades: (I) a exploração, direta ou indireta, de negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (II) a prestação de serviços corporativos compreendendo (a) elaboração de orçamentos, (b) elaboração de relatórios, (c) controle patrimonial, (d) gestão de caixa e pagamentos, (e) gestão de contas a pagar e a receber, (f) planejamento e administração tributária, (g) controle de arrecadação, (h) avaliação e condução de estratégias de investimentos, e (i) planejamento e acompanhamento econômico-financeiro; (III) a prestação de serviços de engenharia civil, compreendendo a concepção, o planejamento, a elaboração de orçamentos, estudos de viabilidade, a contratação, o gerenciamento, a execução de propostas, projetos e obras em geral, bem como a prestação de assessoria no campo técnico; (IV) o desenvolvimento, identificação, aquisição, fornecimento, administração, gerenciamento e assistência técnica de recursos em Tecnologia de Informação, Sistema de Automação e Sistemas Elétricos aplicados em negócios rodoviários e logísticos; (V) a execução de serviços de administração geral compreendendo: (a) administração de pessoal, (b) administração de suprimentos, e (c) administração de serviços gerais de escritório; (VI) o planejamento e a administração de recursos de sistemas e informática; (VII) a avaliação de riscos, de crédito e de custos; (VIII) a administração de bens próprios; (IX) a prestação de serviços de negociação com fornecedores; (X) a prestação de outros serviços, incluindo de consultoria, assistência técnica e administração de empresas, quando relacionados aos negócios referidos nos itens anteriores; (XI) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; (XII) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas; (XIII) o agenciamento de espaços para publicidade, exceto veículos de

comunicação; (XIV) a sublocação de bens de terceiros; (XV) o subarrendamento de espaços de terceiros (faixas de domínio e outras áreas); e (XVI) a administração de bens de terceiros.

Características da Emissão

- Emissão: 3ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 18/11/2016
- Data de Vencimento: 18/02/2018
- Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: ECCR13/ BRERDVDBS086
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para o pagamento integral da dívida representada pela terceira emissão de notas promissórias comerciais da Emissora com vencimento previsto para 18 de novembro de 2016 e o excedente, se houver, será destinado para capital de giro da Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado holding;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,32 em 2015 para 0,40 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,71 em 2015 para 0,75 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,71 em 2015 para 0,75 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,41 em 2015 para 0,42 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 12,9% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou um aumento de 11,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 1,0% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo um aumento de 27,3% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 1,8% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000**

- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
 - REMUNERAÇÃO: 114% do DI
 - PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016): não houve pagamentos no período.
 - POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 21.500
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 21.500
5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- Resgate: não houve;
 - Amortização: não houve;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: não houve;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.
7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.
8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 4.13.1, alínea “(y)” da Escritura de Emissão.

Dívida Líquida Consolidada		EBITDA		
		4Tri2016	2015	4Tri2015
Empréstimos e Financiamentos	320.432	797.338	585.313	585.313
Debentures	530.486	572.395	504.094	504.094
Empréstimos e Financiamentos	394.505			
Debêntures	3.186.719	(192.201)	(97.418)	(97.418)
Disponibilidades	(583.089)	294.693	272.786	272.786
Títulos e valores mobiliários	(68.391)	104.729	88.292	88.292
		1.472.225	1.264.775	1.264.775
Dívida Líquida Consolidada	3.780.662	-	-	-
EBITDA (12 Meses)				
Resultado Antes Tributação	797.338			
Despesa Financeira	572.395			
Receita Financeira	(192.201)			
Depreciação e Amortização	294.693			
Provisão Manutenção	104.729			
	EBITDA (12 Meses)	1.576.954		
Despesa Financeira Líquida				
Despesa Financeira	(572.395)			
Receita Financeira	192.201			

Despesa Financeira Líquida	(380.194)
<hr/>	
Dívida Líquida Controladora	
Empréstimos e Financiamentos	-
Debêntures	110.103
Empréstimos e Financiamentos	-
Debêntures	1.642.472
Disponibilidades	(45.969)
Títulos e valores mobiliários	-
Dívida Líquida Controladora	1.706.606
DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA/EBITDA Ajustado	2,40
<	3,75
	OK
EBITDA Ajustado/DESPESAS FINANCEIRAS LIQ.	4,15
>	2,00
	OK

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **ECOPORTO SANTOS S.A.** (atual denominação social da TECONDI – TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A. - sucessora da ECOPORTO HOLDING S.A.)
- Emissão: 1ª.
 - Valor da emissão: R\$ 600.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 600;
 - Espécie: com garantia real e com garantia fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 15/06/2019;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Tecondi – Terminal para Contêineres da Margem Direita, de titularidade da Ecorodovias

Infraestrutura e Logística S.A.; e (ii) Fiança prestada por Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.;

*Redação em conformidade com o 5º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 150.000,000000

Juros:

15/06/2016 – R\$ 121.337,645250

- (ii) Denominação da companhia ofertante: **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 881.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 200.000; e (ii) 2ª. Série: 681.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 15/04/2020; e (ii) 2ª. Série: 15/04/2024;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Juros:

15/04/2016 – R\$ 47,518160

→ 2ª Série:

Juros:

15/04/2016 – R\$ 53,519957

- (iii) Denominação da companhia ofertante: **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.** (na qualidade de cessionária de direitos e obrigações da ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.)

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 600.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 23.200; e (ii) 2ª Série: 36.800;

- *Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie*: quirografária;
 - *Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/04/2018; e (ii) 2ª Série: 15/04/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: não aplicável;
 - *Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (ii) Pagamentos:
 - 1ª Série:
 - Juros:
 - 15/04/2016 – R\$ 740,103720
 - 17/10/2016 – R\$ 752,143270
 - 2ª Série:
 - Juros:
 - 15/04/2016 – R\$ 752,732900
 - 17/10/2016 – R\$ 764,989030
- (iv) Denominação da companhia ofertante: **ELOG S.A.** (atual denominação da ELOG SUDESTE S.A., a qual é sucessora por incorporação da ELOG S.A.)
 - Emissão: 2ª.
 - Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 300;
 - Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 20/02/2020;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) Fiança prestada por a) Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.; e b) Ecopátio Logística Cubatão Ltda.;
 - A fiança prestada pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. estará automaticamente cancelada com o cumprimento cumulativo, pela Emissora, dos índices financeiros elencados no item 4.1.9.1.4 da Escritura de Emissão, pelo período de 2 semestres consecutivos.
 - *Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

22/08/2016 – R\$ 166.666,000000

Juros:

22/02/2016 – R\$ 57.172,240199

22/08/2016 – R\$ 58.103,754884

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.969	183.381	583.088	664.295
Títulos e valores mobiliários - vinculados	6	-	-	61.748	49.686
Clientes	7	762	-	134.488	131.390
Tributos a recuperar	8	24.580	21.921	25.676	25.686
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	10.325	4.863	-	-
Despesas antecipadas		29	88	4.277	5.992
Partes relacionadas - clientes	19	145.515	55.235	101.510	17.600
Outros créditos		593	2.821	6.823	10.743
Total do ativo circulante		227.773	268.309	917.610	905.372
Não circulante					
Tributos diferidos	14.a	5.565	1.447	137.599	136.297
Partes relacionadas - mútuo e clientes	19	1.013.392	371.139	891.354	263.073
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	6.643	-
Despesas antecipadas		-	-	140	190
Outros créditos		-	-	-	1.877
Depósitos judiciais	10	285	139	89.031	81.043
Investimentos	11	1.413.677	1.256.923	-	-
Imobilizado	12	26.200	28.748	138.955	156.920
Intangível	13	21.822	21.874	3.923.388	3.709.103
Total do ativo não circulante		2.480.941	1.680.270	5.187.110	4.348.503
Total do ativo		2.708.714	1.948.579	6.104.720	5.253.875

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		11.212	5.002	58.589	54.224
Empréstimos e financiamentos	16	-	121.417	320.332	484.814
Debêntures	17	110.103	91.854	530.486	505.168
Arrendamento mercantil financeiro	18	-	-	99	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	1.983	2.281	27.963	25.900
Obrigações sociais e trabalhistas	20	19.132	20.014	43.254	42.126
Partes relacionadas - fornecedores	19	2.384	608	13.144	9.427
Obrigações com Poder Concedente	21	-	-	24.019	20.986
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14.c	-	-	32.516	15.322
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	26.d	34.238	26	34.238	26
Provisão para manutenção	23	-	-	87.531	55.869
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	38.124	43.227
Outras contas a pagar		1.290	880	9.216	10.487
Total do passivo circulante		180.342	242.082	1.219.511	1.267.576
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	394.477	367.539
Debêntures	17	1.642.472	859.728	3.186.719	2.340.732
Arrendamento mercantil financeiro	18	-	-	28	-
Obrigações com Poder Concedente	21	-	-	7.427	22.121
Tributos diferidos	14.a	-	-	20.136	21.388
Provisão para manutenção	23	-	-	180.541	179.574
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	33.768	51.641
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	25	645	112	79.664	81.180
Outras contas a pagar		6.469	6.622	31.080	26.110
Total do passivo não circulante		1.649.586	866.462	3.933.840	3.090.285
Patrimônio líquido					
Capital social	26.a	696.715	696.715	696.715	696.715
Reserva de lucros - legal	26.c	139.343	117.723	139.343	117.723
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	26.d	37.643	21.280	37.643	21.280
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	26.f	5.085	4.317	5.085	4.317
Atribuído à participação dos acionistas controladores		878.786	840.035	878.786	840.035
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	26.e	-	-	72.583	55.979
Total do patrimônio líquido		878.786	840.035	951.369	896.014
Total do passivo e patrimônio líquido		2.708.714	1.948.579	6.104.720	5.253.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	27	163.820	200.448	2.579.537	2.153.113
Custo dos serviços prestados	28	(91.764)	(107.721)	(1.279.603)	(1.067.554)
Lucro bruto		72.056	92.727	1.299.934	1.085.559
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	28	(43.842)	(29.391)	(122.428)	(95.773)
Amortização de ágio de investimentos		(4.489)	(5.272)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	508.362	369.454	-	-
Juros sobre o capital próprio recebidos	11	54.024	42.703	-	-
Outras (despesas) receitas, líquidas		(30)	1.832	26	2.203
		514.025	379.326	(122.402)	(93.570)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		586.081	472.053	1.177.532	991.989
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	107.919	58.086	174.818	97.418
Despesas financeiras	29	(189.933)	(149.104)	(555.012)	(504.094)
		(82.014)	(91.018)	(380.194)	(406.676)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		504.067	381.035	797.338	585.313
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	14.b	-	(632)	(276.219)	(198.236)
Diferidos	14.b	4.118	594	2.554	836
		4.118	(38)	(273.665)	(197.400)
Lucro líquido do exercício		508.185	380.997	523.673	387.913
Atribuível a					
Participação dos acionistas controladores		508.185	380.997	508.185	380.997
Participação dos acionistas não controladores		-	-	15.488	6.916
		508.185	380.997	523.673	387.913
Lucro líquido por ação (em R\$)	31	0,73	0,55		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas nºs 13 e 21.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5